

Continuação		HIDROVIAS DO BRASIL - MIRITITUBA S.A. - CNPJ nº 13.611.567/0001-46	
Pronunciamento	Descrição		
justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas para obter informação contábil mais relevante e consistente; ou (3) derivativos. Esses ativos são registrados pelos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o resultado. (ii) Passivos financeiros não derivativos: A Sociedade reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Sociedade se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Sociedade baixa um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são liquidadas, canceladas ou vencidas. A Sociedade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e fornecedores. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método de juros efetivos. b) Apuração do resultado: Os itens que compõem o resultado são registrados em conformidade com o regime contábil de competência. c) Imobilizado: <u>Reconhecimento e mensuração</u> : Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas por redução ao valor recuperável acumulado. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para as controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente reposto. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica, a taxas anuais de: móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e equipamentos de processamento de dados - 10%; instalações - 10%; sistema de aplicativos - 20%; equipamento de telefonia - 10%; benfeitorias - 20%; veículos - 20%; barcos e barcaças - 6,7%. d) Ativos intangíveis: Ativos intangíveis que são adquiridos pela Sociedade e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumulada. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estão disponíveis para uso, sendo a amortização do direito de uso de software de dez anos. e) Redução ao valor recuperável: Um ativo financeiro e não financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de maneira confiável. A Sociedade avalia os ativos do imobilizado e do intangível com vida útil definida quando há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Os ativos com vida útil indefinida, como o ágio, têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor. Durante o exercício não ocorreram eventos que indicassem a necessidade de revisão do valor recuperável nos ativos financeiros e ativos não financeiros. f) Provisões: Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se a Sociedade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. g) Resultado por ação: O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Sociedade e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. h) Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social são calculados, observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente, pela alíquota regular de 15% acrescida de alíquota adicional de 10% para o imposto de renda e alíquota de 9% para a contribuição social sobre o lucro. No consolidado, o imposto de renda das controladas que estão estabelecidas no Uruguai e Paraguai é calculado com base na legislação aplicável no naqueles países. No entanto, a Sociedade não tem apurado lucro tributável. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre os prejuízos fiscais serão contabilizados quando houver expectativa de geração de lucros tributáveis. <u>Normas e interpretações novas e revisadas, aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015</u> : As normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRSs") novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015, foram adotadas nas demonstrações financeiras. A adoção dessas IFRSs novas e revisadas, aplicáveis a Sociedade, não teve nenhum efeito relevante sobre os valores reportados e/ou divulgados para os exercícios corrente e anterior.	Melhorias anuais nas IFRSs: ciclos 2010-2012 e 2011-2013 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas: IFRS 9 Instrumentos Financeiros (b) IFRS 15 Receitas de Contratos com Clientes (b) IFRS 16 Arrendamentos (c) Modificações à IFRS 11/ CPC 19 (R2) Iniciativa de Divulgação (a) Modificações à IAS 1/CPC 26 (R1) Iniciativa de Divulgação (a) Modificações à IAS 16/ CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1) Esclarecimento dos Métodos de Depreciação e Amortização Aceitáveis (a) Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou "Joint Venture" (a) Modificações à IFRS 10/ CPC 36 e IAS 28/CPC 18 Entidades de Investimento: Aplicando a Exceção de Consolidação (a) Modificações à IFRS 10/ CPC 36, IFRS 12/CPC 45 e IAS 28/CPC 18 Melhorias anuais nas IFRSs: ciclo 2012-2014 (a) (a) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida. (b) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida. (c) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A Administração da Sociedade não espera impactos significativos decorrentes da aplicação dessas novas normas e interpretações.	O prazo médio de pagamento dos fornecedores é de até 30 dias.. A Sociedade coloca em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados.	
		<b>10. Empréstimos</b>	
		<b>Taxa de Taxa juros - a.a. efetiva 2015 2014</b>	
		119% do	
		Empréstimo ponte para financiamento de projeto	CDI 10,92% 161.967 -
		Total	161.967 -
		<u>Descrição dos contratos de empréstimos e financiamentos</u> : Em 23 de dezembro de 2014, a Sociedade celebrou com o Banco do Brasil S.A. e Banco da Amazônia S.A, contrato de abertura de linha de crédito para repasses de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES no valor total de R\$146.000. O crédito é destinado à construção da estação de transbordo de cargas privada localizada no Distrito de Miritituba, Município de Itaituba, Estado do Pará e foi recebido em duas parcelas sendo a primeira em 25 de fevereiro de 2015 no valor de R\$70.000 e a segunda parcela em 23 de junho de 2015 no valor total de R\$ 76.000. O contrato é remunerado às taxas equivalentes à 119% da taxa média dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI e prevê constituição de garantias através de fiança corporativa da sua controladora e outras empresas do grupo Hidrovias, alienação fiduciária de direitos e quotas da Sociedade. O principal da dívida decorrente de cada liberação de crédito deve ser pago ao banco integralmente em 15 de julho de 2016. Em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade cumpriu integralmente as cláusulas restritivas.	
		<b>11. Provisão para Riscos</b> : Em 31 de dezembro de 2015 a Sociedade, possui 1 processo trabalhista apontado como perda possível totalizando o valor de R\$52 (R\$0 em 31 de dezembro de 2014). <b>12. Capital Social</b> : Em 31 de dezembro de 2015, o capital social é de R\$ 105.258 (R\$70.177 em 31 de dezembro de 2014), representado por 104.844.892 (84.000.000 em 31 de dezembro de 2014) de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Em 01 de julho de 2015, o capital subscrito foi aumentado em R\$33.322, mediante a emissão de 19.800.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 10 de dezembro de 2015, o capital subscrito foi aumentado em R\$1.758, mediante a emissão de 1.044.892 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A composição acionária em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 está detalhada a seguir:	
		<b>2015 2014</b>	
		<b>Ações Ações</b>	
		<b>ordinárias % ordinárias %</b>	
		<b>Acionistas</b>	
		Hidrovias do Brasil S.A.	- 84.000.000 100,0
		Holding Norte S.A.	104.844.892 100,0
		Em decorrência da alteração contratual da Hidrovias Holding do Norte S.A. ocorrida em 05 de março de 2015, a acionista Hidrovias do Brasil S.A. cedeu sua participação na Sociedade mediante a transferência da totalidade de suas ações para aumento de capital da Holding do Norte S.A. <b>13. Lucro (Prejuízo) por Ação</b> : O resultado por ação básico foi calculado com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Sociedade em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 e na respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação no exercício, conforme o quadro a seguir:	
		<b>2015 2014</b>	
		<b>Resultados</b>	
		Resultado do exercício	(4.202) 139
		Média ponderada de ações	93.987 37.346
		Lucro (prejuízo) por lote de mil ações no exercício	(0,0447) 0,0037
		Pelo fato de a Sociedade apresentar prejuízos nos exercícios apresentados, não existe efeito de diluição. <b>14. Partes Relacionadas</b> : <u>Remuneração do pessoal-chave da Administração</u> : A Sociedade optou por não realizar pagamentos de remuneração do pessoal-chave da Administração no exercício findo em 31 de dezembro de 2015. A remuneração da Administração da Sociedade é paga pela controladora Hidrovias do Brasil S.A. A Sociedade não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento de benefícios pós-emprego, bem como não oferecem outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A remuneração do pessoal da Administração, que contempla a Diretoria Executiva e os Conselheiros do Grupo Hidrovias, do qual a Sociedade faz parte, é paga por sua controladora Hidrovias do Brasil S.A. <u>Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores, entidades sob controle comum ou influência significativa</u>	
		<b>Ativos Passivos</b>	
		<b>2015 2014 2015 2014</b>	
		Navegação do Norte Ltda.	42.272 - - -
		Vila do Conde S.A	- - 28.313 -
		Hidrovias do Brasil S.A	- - 56 -
		Outros	- - 163 -
		Total	42.272 - 28.532 -
		Os valores acima referem-se a prestação de serviço de engenharia, consultoria, e apoio à infraestrutura dos escritórios e área operacional, relacionados à construção e implantação dos portos referente ao projeto norte. <b>15. Instrumentos Financeiros</b> : 15.1 Instrumentos financeiros por categoria: Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas	
		<b>2015 2014</b>	
		<b>Fornecedores</b>	
		Fornecedores nacionais	25.187 5.884
			25.187 5.884